



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS



HABEAS CORPUS N° 204.392-3 – Belo Jardim (1ª Vara)  
IMPETRANTE: **Aldo Ribeiro da Silva**  
PACIENTE: **José Alexandre da Silva**  
RELATOR: Des. Mauro Alencar de Barros  
RELATORA SUBST.: Des. Alderita Ramos de Oliveira  
PROC. DE JUSTIÇA: Dra. Christiane Roberta Gomes de Farias Santos  
ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal

163

504  
PENAL E PROCESSUAL PENAL. **HABEAS CORPUS** LIBERATÓRIO. **HOMICÍDIO QUALIFICADO. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO. PRISÃO PREVENTIVA. RELAXAMENTO DA PRISÃO. IMPOSSIBILIDADE. EVASÃO DO DISTRITO DA CULPA. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.**

1 – Não restou configurado o excesso de prazo, estando o decurso da instrução em consonância como princípio da razoabilidade, visto que se trata de feito complexo, sendo necessária expedição de carta precatória para interrogatório do acusado.

2 - O paciente deu causa à demora para a conclusão da instrução criminal, visto que fugiu do distrito da culpa, não podendo tal demora ser atribuída ao Poder Judiciário ou ao Ministério Público.

3 - Ordem denegada. Decisão por unanimidade.

#### ACÓRDÃO

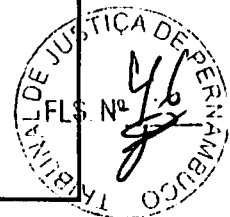
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de *Habeas Corpus* nº 204.392-3, em que figuram como impetrante **Aldo Ribeiro da Silva** e como paciente **José Alexandre da Silva**, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **por unanimidade de votos**, em denegar a ordem no presente *Habeas Corpus*, tudo consoante consta do relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do julgado.

Recife, 27 de Janeiro de 2010.

  
Desa. Alderita Ramos de Oliveira  
Relatora Substituta



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS



HABEAS CORPUS Nº 204.392-3 – Belo Jardim (1ª Vara)  
IMPETRANTE: **Aldo Ribeiro da Silva**  
PACIENTE: **José Alexandre da Silva**  
RELATOR: Des. Mauro Alencar de Barros  
RELATORA SUBST.: Des. Alderita Ramos de Oliveira  
PROC. DE JUSTIÇA: Dra. Christiane Roberta Gomes de Farias Santos  
ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal

164

### RELATÓRIO

Trata-se de pedido de ordem de *habeas corpus* liberatório subscrito por **Aldo Ribeiro da Silva**, em favor de **José Alexandre da Silva**, apontadondo como autoridade coatora o Exmo. Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Belo Jardim/PE, objetivando o relaxamento da prisão do paciente, sob alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo.

Afirma, o impetrante, que o paciente encontra-se preso desde 16/12/2008, em consequência de decreto de prisão preventiva exarado pela autoridade coatora, estando preso a 01 (um) ano sem, sequer, ter sido ouvido, restando configurado o constrangimento ilegal.

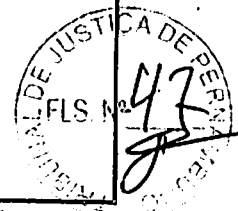
Relata que o referido excesso de prazo já foi suscitado no *Habeas Corpus* nº 185.404-4, julgado pela 3ª Câmara Criminal deste Tribunal, em maio de 2009, sendo que naquela oportunidade, não foi considerado o excesso de prazo pelos 112 (cento e doze) dias de prisão.

Sustenta ainda que o réu é primário, possui bons antecedentes, trabalha e tem endereço fixo.

Ante a inexistência de pedido liminar, em despacho inicial, solicitou, o Relator originário, as informações à autoridade impetrada, determinando a posterior remessa dos autos à Procuradoria de Justiça (fls. 26).



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS



Informações da autoridade coatora prestadas às fls. 32/33, afirmando que o processo encontra-se aguardando devolução de carta precatória com o interrogatório do acusado para as alegações finais.

165

Parecer da Procuradoria de Justiça, acostado às fls. 39/41, opinando pela denegação da ordem.

Em seguida, vieram-me os autos conclusos.

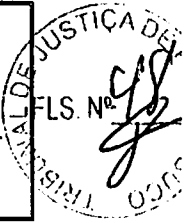
É o Relatório.

Recife, 27 de Janeiro de 2010.

  
**Desa. Alderita Ramos de Oliveira**  
**Relatora Substituta**



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS



HABEAS CORPUS Nº 204.392-3 – Belo Jardim (1ª Vara)  
IMPETRANTE: **Aldo Ribeiro da Silva**  
PACIENTE: **José Alexandre da Silva**  
RELATOR: Des. Mauro Alencar de Barros  
RELATORA SUBST.: Des. Alderita Ramos de Oliveira  
PROC. DE JUSTIÇA: Dra. Christiane Roberta Gomes de Farias Santos  
ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal

166

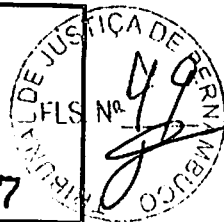
#### VOTO DO RELATORA

Requer, o impetrante, a concessão da ordem para relaxar a prisão do paciente, alegando que o mesmo está sofrendo constrangimento ilegal por excesso de prazo.

Afirma o impetrante que o paciente que encontra-se preso a 01 (um) ano, em virtude de mandado de prisão preventiva expedido pelo Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Belo Jardim/PE, e ainda não foi sequer ouvido, restando configurado o constrangimento ilegal por excesso de prazo.

Das informações prestadas pela autoridade apontada como coatora, verifica-se que o paciente foi denunciado como incurso nas penas do art. 121, §2º, IV c/c art. 29 do CP, por ter em 25 de abril de 1999, nas proximidades do Alto da Palestina, BR 232, em Belo Jardim, agido em comunhão de vontades com mais duas pessoas, fazendo uso de revólveres Cal. 38, assassinado a pessoa de Valdemar Gomercindo dos Santos.

A MM Juíza *a quo* noticiou que a autoria criminosa permaneceu desconhecida até quando o acusado Marconi de Oliveira Silva delatou a prática do crime de homicídio que versa os presentes autos, sendo que o paciente fugiu do distrito da culpa logo após o fato criminoso.



167

Informou, a autoridade impetrada, que o paciente foi qualificado indiretamente visto que o mesmo encontrava-se foragido no Estado de São Paulo. Esclareceu que o paciente foi citado por edital já que não foi encontrado para ser citado pessoalmente, no entanto não compareceu ao interrogatório, razão pela qual foram suspensos o curso do processo e da prescrição, além de ser decretada sua prisão preventiva para assegurar a aplicação da lei penal ante a sua fuga.

Informou, ainda, que somente em 16 de dezembro de 2008 o paciente foi localizado e preso na cidade de São Paulo, e que o feito já estava com instrução concluída em relação aos demais acusados, fato que determinou a separação do processo em relação ao paciente.

Por fim, informou que as testemunhas já foram ouvidas e que o processo encontra-se aguardando a devolução da carta precatória com o interrogatório do acusado para as alegações finais. Além disso, o paciente encontra-se aguardando que o Estado de Pernambuco através da SUJISPE providencie sua remoção do Estado de São Paulo para Comarca de Belo Jardim.

De acordo com as informações contidas nos autos, observa-se que o paciente foi denunciado em 26 de agosto de 1999 pela prática de homicídio qualificado cometido na Comarca de Belo Jardim/PE. No entanto evadiu-se do distrito da culpa, fato que ocasionou a suspensão do processo e da prescrição e a decretação da sua prisão preventiva.

O paciente foi preso na cidade de São Paulo em 16 de dezembro de 2008. Assim, no que se refere à alegação de excesso de prazo, entendo que não restou configurada, pois o decurso da instrução está em consonância com o princípio da razoabilidade, além de se tratar de feito complexo, sendo necessária expedição de carta precatória para interrogatório do acusado.

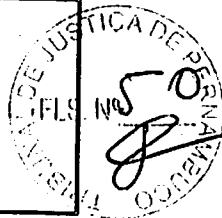
Ademais, o paciente deu causa à demora para a conclusão da instrução criminal, visto que fugiu do distrito da culpa, não podendo tal demora ser atribuída ao Poder Judiciário ou ao Ministério Público.

Desse modo, em consonância com o Parecer da Procuradoria de Justiça, em matéria criminal, voto pela **denegação da ordem**.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS

168



Recife, 27 de Janeiro de 2010.

  
**Desa. Alderita Ramos de Oliveira**  
**Relatora Substituta**